

Entre a Nova e a Velha república: as representações da História do Brasil na TV Senado¹

Isadora DUTRA DE FREITAS²

Resumo: Uma das características da historiografia é, fundamentalmente, seu estado de constante transformação. O desenvolvimento de novas perspectivas, influenciadas por paradigmas conjunturais, ressignificam antigos objetos. Bem como a incorporação de novas fontes e acervos, sobretudo na era digital. Dessa forma, o objetivo central desse artigo é analisar as (re)leituras da história pátria brasileira através da produção audiovisual da TV Senado: “Histórias do Brasil” (2017-atual). Inserido numa interface entre a História Pública e Política buscamos contribuir para a compreensão das representações sobre o país e suas elites políticas através da análise de conteúdo dessa produção, elaborada pela emissora oficial do Legislativo brasileiro. Para isso, restringimos nosso recorte temático à Proclamação da República e a Revolução de 1930, eventos que influenciaram diretamente a formação da nação brasileira e sua relação com o passado. Estabelecendo diálogos com os conceitos de Centralismo e Federalismo, buscamos elucidar como ambos continuaram em pauta nos debates públicos e políticos, ainda que sob a luz de diferentes ideias e sentidos. Assim, por meio de uma breve discussão historiográfica, partimos para a análise empírica da fonte, objetivando compreender a importância da produção pública dessas narrativas e quais matrizes foram mobilizadas nessa construção.

Palavras-chave: História Pública, TV Senado, Brasil Repúblca.

¹ Pesquisa realizada com financiamento da CNPq.

² Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em História da PUCRS. Mestra em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com bolsa CNPq. Graduada em História - Bacharelado pela mesma instituição. PUCRS. Porto Alegre. RS. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5007-417X> E-mail: isadorafre95@gmail.com

Between the Old and the New Republic: the representations about the History of Brazil on the TV Senado

Abstract: One of the characteristics of historiography is, fundamentally, its state of constant transformation. The development of new perspectives, influenced by conjunctural paradigms, give new meaning to old objects. As well as the incorporation of new sources and collections, especially in the digital age. Thus, the main objective of this article is to analyze the (re)readings of Brazilian homeland history through the audiovisual production of TV Senado: "Histórias do Brasil" (2017-current). Inserted in an interface between Public and Political History, we seek to contribute to the understanding of representations about the country and its political elites through the analysis of the content of this production, prepared by the official broadcaster of the Brazilian Legislative. For this, we restrict our thematic focus to the Proclamation of the Republic and the Revolution of 1930, events that directly influenced the formation of the Brazilian nation and its relationship with the past. Establishing dialogues with the concepts of Centralism and Federalism, we seek to elucidate how both remained on the agenda in public and political debates, albeit in the light of different ideas and meanings. Thus, through a brief historiographical discussion, we started with the empirical analysis of the source, aiming to understand the importance of the public production of these narratives and which matrices were mobilized in this construction.

Keywords: Public History, TV Senado, Brazilian Republic.

É característico da historiografia enfrentar constantes transformações e mudanças de paradigma. Atualmente, convivemos com o amplo desenvolvimento da História Pública no Brasil, sobretudo de seus diálogos e aproximações com diferentes áreas. Nesse sentido, nossa pesquisa propõe um diálogo direto entre a História Pública e a História Política brasileira. Para isso, vamos analisar os usos políticos do passado através das produções audiovisuais da TV Senado, mais especificamente da série “Histórias do Brasil”. Produzida desde 2017, tem como finalidade a produção de leituras sobre a história pátria por meio de animações de curta duração. Com uma média de seis minutos, os vídeos narram alguns dos principais eventos nacionais, alternando imagens animadas e a apresentação de fontes históricas pela narração em voz over³. Para este artigo, selecionamos duas edições, “A Revolução de 1930” (2017) e “A Proclamação da República” (2019), que dialogam com a formação republicana do país e os conceitos de centralismo e federalismo, aprofundados a seguir.

A princípio, a TV Senado foi criada para a produção de conteúdos referentes às ações empreendidas pelo Senado brasileiro⁴, mas também passou a produzir conteúdo de História e Geografia pátrias para o amplo público, em especial, através de documentários temáticos⁵. Consideramos essas produções audiovisuais como uma tentativa de construção de uma narrativa oficial da História do país, coordenada por profissionais especializados e voltada para um público diversificado. Nesse sentido, a instituição demonstra uma preocupação do Estado com a difusão responsável de certas narrativas históricas, com destaque para os temas considerados fundamentais na construção política do país e na participação do papel do Senado na consolidação democrática. Portanto, essa produção também deve ser situada no contexto político que lhe influencia diretamente.

No Brasil, o ímpeto da História Pública nasce na chamada Nova República, período pós-promulgação da Constituição de 1988 – a Constituição cidadã – e de maior

³ Técnica muito utilizada no audiovisual, sobretudo no caso de documentários. Consiste na sobreposição da voz de atores ou narradores ao áudio original, ouvido em segundo plano, enunciando asserções sobre o assunto.

⁴ Resolução do Senado Federal nº24, de 1995, cumprindo o que determina a Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, a Lei de Cabodifusão.

⁵ O Ato da comissão diretora do Senado Federal nº 15 de 2002, determinou a veiculação de programas de caráter jornalístico, cultural e educativo de produção autoral ou cedidos por terceiros, o que diversificou a programação para além da exibição exclusiva das sessões solenes.

escuta social para lutas e movimentos políticos. Assim, sua característica essencial pode ser classificada como uma: “(...) possibilidade de difundir o conhecimento histórico - de maneira responsável e integrada - para amplas audiências” (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p. 9), mas, sobretudo, preocupando-se com questões sociais e educativas. Essa busca pela democratização do conhecimento histórico, portanto, apresenta um expressivo compromisso com a cidadania. Para o historiador Thomas Cauvin: “O passado pode ajudar a interpretar quem somos e por que fazemos as coisas” (CAUVIN, 2016, p. 1)⁶. Logo a produção e divulgação de histórias públicas responsáveis contribuem para a consciência histórica dos cidadãos. Nesse sentido, a iniciativa do Estado em promover espaços de diálogo e narrativas sobre o passado é fundamental.

Contudo, cabe avaliar quais as narrativas históricas estão sendo mobilizadas e fim de identificar os meandros desse conteúdo. Afinal, como afirma Michel De Certeau: “A escrita da história se constrói em função de uma instituição” (CERTEAU, 1982, p. 66) e, nesse caso, trata-se da emissora responsável pela comunicação do Poder Legislativo brasileiro. Nesse sentido, salientamos o papel do historiador em historicizar objetos e identificar os “não-ditos”. Assim, objetivamos analisar nessas duas produções quais elementos ganharam mais destaque e quais foram silenciados, nos aproximando da concepção de Sara Albieri de que: “Quando se vê a história publicada, não se pode esquecer que a omissão ou adaptação de informações faz parte do processo de publicação; isto é, cabe ao intérprete decidir previamente o que vai ou não vai fazer parte do corpo histórico” (ALBIERI, 2011, p. 22). Portanto, apresentaremos uma breve discussão historiográfica a partir de algumas referências sobre os temas históricos analisados e, em seguida, propomos uma revisão crítica da nossa fonte.

(Re) Pensando o Centralismo e Federalismo: um breve debate historiográfico

Os debates em torno do modelo político ideal para o país foram, e ainda são, temas em aberto. Constantemente (re)visitados pela intelectualidade e pelas elites políticas, conceitos como o federalismo e centralismo tendem a ser ressignificados conforme a conjuntura política. Contudo, há elementos estruturais que compõem os

⁶ Tradução da autora. Citação original: “The past can help us interpret who we are and why we do things”.

debates a seu respeito, sobretudo através de dicotomias como tradição *versus* modernidade, conservadorismo *versus* liberalismo e autoritarismo *versus* democracia.

Conforme afirma José Murilo de Carvalho (2017), desde o início do século XIX os debates a respeito do modelo republicano já eram eivados de contrariedades. Indubitavelmente, os debates que constituíram a Proclamação da República e a instalação de um novo modelo político, já estavam em pauta décadas antes e chegavam ao Brasil por meio dos seus bacharéis, formados no continente europeu.

Para Ivo Coser (2011), o cerne desse debate se localizava nas disputas entre centralistas e federalistas no século XIX e, principalmente, as suas transformações. Portanto, utilizaremos esses conceitos e as suas ressignificações como ponto de partida da nossa análise. Coser destaca que a partir de 1860 houve uma significativa mudança nos argumentos centralistas e federalistas. Se o debate do início do século fundamentava-se, em linhas gerais, na disputa de soberania entre os interesses provinciais e nacionais, os argumentos foram ampliados a partir da década de 1860. No caso centralizador: “(...) o conceito foi ampliado englobando o tema da precedência do interesse público em face dos interesses particulares” (COSER, 2011, p. 203). Na vertente federalista, a defesa dos interesses individuais por meio da liberdade política se estendeu para os interesses provinciais, e não mais particulares: “A mudança do conceito de confederação para federalismo implicou numa maior ênfase ao tema da competição pacífica entre os interesses provinciais” (COSER, 2011, p.203).

Após a Proclamação da República os debates continuaram no centro das disputas políticas, principalmente as expectativas com a promulgação da nova constituição de 1891. Segundo Christian Lynch (2016), as memórias da elite política sobre a constituição anterior eram de que o documento continha vícios de origem. Então: “Derrocada a monarquia unitária que supostamente entravava o progresso adotada a república federativa, legitimada por uma constituição elaborada pelos representantes do povo, o país seria refundado” (LYNCH, 2016, p.23). Em seguida, o autor afirma que a nova constituição aspirava uma nova era de grandeza, democracia e prosperidade. Contudo, o que podemos identificar são novas ressignificações de debates anteriores, que permaneceram intrínsecos à promessa de refundação do país. Essa conjuntura de continuidades pode ser claramente percebida pelo rearranjo de atores

políticos acomodados na nova ordem, mas que mantinham antigos dilemas políticos, sociais e econômicos.

A análise de Lynch demonstra que a dicotomia entre o moderno e o atrasado se mantinha exacerbada, amparada nas promessas da nova constituição. Entretanto, seu resultado foi a consolidação de um governo forte, de caráter autoritário e oligárquico. Enquanto as disputas sobre o tema da (des)centralização seguiam em pauta no jogo entre unitaristas e ultrafederalistas, alguns aspectos foram intocados, representando pontos de concordância entre eles. Nessa lógica, ressaltamos que a defesa pela democracia não significava a defesa por igualdade, da mesma forma que não havia espaço para o sufrágio universal. Por conseguinte, ainda que a nomenclatura não se refira mais a centralismo e federalismo, essencialmente, o debate seguiu o mesmo após a Proclamação da República, aspecto que reforçou o acomodamento de elites políticas:

Uma vez consolidados no poder, os radicais tornados conservadores se contentaram em reconhecer a natureza oligárquica do regime, alegando, ou que todos os governos, mesmo os democráticos eram oligárquicos, como queriam Ostrogorski e Michels, ou que o povo brasileiro ainda não tinha condições de dispensar o governo de suas elites, incumbidas de garantir a ordem, condição de progresso contra seus ‘anárquicos’ opositores (LYNCH, 2016, p. 53).

Argumentos como a incapacidade do povo brasileiro em participar das decisões políticas, bem como definições que afastavam a democracia da busca por igualdade, permaneceram como elementos em comum a liberais e conservadores. Nesse sentido: “(...) enquanto valor, a liberdade estava acima da igualdade; por conseguinte, o liberalismo, entendido agora no sentido amplo, era mais importante do que a democracia” (LYNCH, 2016, p.51). Assim como Coser (2011) identificou que as definições de centralistas e federalistas eram algo muito mais complexo, percebemos que o mesmo se aplica ao caso dos liberais e conservadores da república. O cerne para a nossa análise reside nos arranjos políticos e na acomodação das elites que, historicamente, formaram e transformaram temas estruturais da nossa sociedade de acordo com a conjuntura e seus interesses.

Nesse campo de disputas intelectuais, as representações ocuparam lugar de destaque. Associado às inspirações de uma refundação nacional, a escrita de uma história pátria e de seus símbolos e tradições era fundamental. Sobre isso, Ângela

Alonso (2016) destaca como a legitimação do novo regime mobilizou intérpretes de diferentes correntes. Introduzindo as origens desses debates na República, Alonso apresenta o ponto de vista dos dois grupos em desataque naquele momento, salientando a formação de identidades a partir de modelos dicotômicos, definindo que: “As identidades políticas são essas identificações sociais construídas em meio a uma interação conflitiva e só inteligíveis se reportadas à conjuntura. São, pois, contextuais, nascendo aos pares, numa relação binária de oposição” (ALONSO, 2016, p. 66). Nesse sentido, a autora demonstra como as grandes matrizes conceituais dos monarquistas aristocratas e republicanos ascendentes foram forjadas e disputadas no campo das narrativas, durante a primeira década republicana.

O ponto central da análise da autora é a compreensão de uma história das ideias a partir da leitura dessas grandes matrizes. O que podemos identificar logo em um primeiro momento é que o debate acerca do modelo ideal – monarquia x república – não era mais o foco das narrativas. Mas, sim como o novo modelo político deveria organizar a sociedade sob a égide do progresso *versus* atraso. Novamente, percebemos a retomada dos debates a respeito de um governo forte e centralizador, ou federalista. Nesse ínterim, Alonso demonstra quais os argumentos, símbolos e tradições foram mobilizados na tentativa de cada grupo em legitimar seu ponto de vista, resultando no fortalecimento de uma versão da história pátria. Por conseguinte, produziram-se o que a autora define como: “(...) estórias antagônicas do presente republicano e do passado imperial. Uma atribuindo crédito à tradição, outra amaldiçoando-a” (Alonso, 2016, p. 87). Finalmente, conclui que na longa duração os monarquistas lograram a luta simbólica, afinal, foi um período de formação de imaginário da república que fortaleceu heróis, imagens e símbolos. Como veremos, esse saldo teve reverberos nas décadas seguintes, principalmente estigmatizando a sociedade da primeira república, como apontam Alonso (2016) e Carvalho (2017).

Assim, após o estabelecimento do regime político republicano, houve momentos de forte instabilidade, principalmente a retomada das disputas acerca de um modelo político que implementasse um poder centralizado, ou mais autonomia para os estados. O ponto que buscamos analisar nesse sentido é o estabelecimento de pactos entre os estados – principalmente Minas e São Paulo – na consolidação das oligarquias da

Primeira República e como isso se conformou como uma matriz historiográfica comum às representações da História do Brasil. Claudia Viscardi (2001), após exaustiva análise historiográfica, afirma que é equivocado atribuir à aliança entre mineiros e paulistas o equilíbrio político e econômico. Conforme a autora defende, havia sim uma aliança consolidada, mas isso não significa que não havia rusgas entre os estados atores. Sobre isso, deixa clara sua crítica não à alcunha “República Velha”, mas à denominação “Café com Leite” para se referir ao período:

O fato de contestarmos a aliança *café com leite* não implica em contestar a ocorrência de alianças conjunturais entre Minas e São Paulo, ao longo da República Velha. (...) O que se contesta é que a aliança entre mineiros e paulistas tenha sido preferencial, permanente e isenta de conflitos (Viscardi, 2001, p.38).

A partir desse questionamento, Viscardi empreende uma revisão crítica a respeito das teses que atribuíam o controle das decisões políticas e econômicas ao eixo São Paulo e Minas Gerais, desconsiderando a participação dos demais estados. Igualmente, aponta para a participação do Rio Grande do Sul e sua caracterização como desagregador do equilíbrio nacional. Portanto, apresenta algumas das principais correntes historiográficas, suas origens e influências na construção de narrativas sobre o período. Neste caso, salientamos algumas, que poderão ser identificadas na análise das nossas fontes. Segundo a autora, uma das principais tendências historiográficas dedicadas à compreensão da Primeira República, diz respeito à hierarquia dos estados na Federação. Nessa corrente, a leitura acerca da dinâmica brasileira recai sobre a lógica econômica e a influência das elites internas no Parlamento. Ocupando o topo estariam São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em relação aos outros estados, afirma que: “As demais [oligarquias dominantes] caminhavam ao reboque da História, disputando, entre si, as migalhas de soberania, distribuídas pelo ‘triunvirato’ hegemônico” (Viscardi, 2001, p. 28).

Essa corrente se tornou uma das mais difundidas na produção histórica sobre o período. Formulando uma relação de causalidade entre o pacto dos paulistas e mineiros, rompido com a indicação de Júlio Prestes à presidência, e o estopim para a Revolução de 1930. De acordo com Viscardi, essa corrente se aproxima diretamente das matrizes que afirmam que: “(...) tivesse havido um planejado revezamento entre Minas e São

Paulo na ocupação de cargos presidenciais e na efetivação da aliança *café com leite*” (Viscardi, 2001, p. 37). Contudo, salienta que reconhece a existência de alianças circunstanciais entre os dois estados, mas sim a partir da ótica de que se constituía como uma aliança planejada *a priori* e responsável pelo período de estabilidade do país. Ao longo da obra, explicita o quanto complexas eram essas relações, influenciada por fatores internos às elites estaduais e externos, sobretudo no que tange o papel da União.

Em síntese, ressaltamos que o modelo político estabelecido após a Proclamação não significou o estabelecimento de aspirações democráticas. As disputas entre grupos liberais e federalistas mantiveram muitas continuidades do período imperial, como o sentido atribuído às liberdades individuais, autonomia dos estados e participação política. O fortalecimento das oligarquias resultou em uma atomização da política nacional. Entretanto, notam-se transformações significativas no pensamento liberal, muito criticadas pelos intelectuais da Revolução de 1930: a principal discordância dos revolucionários era em relação à inexistência de um governo central forte, incapaz de realizar articulações regionais com as oligárquicas locais. Iniciada ainda na década de 1920, com o fracasso da Política dos Estados, as alianças circunstanciais eram, então, reações a esses momentos de crise, e não símbolos de estabilidade. Portanto, essa alternância pode ser considerada uma acomodação das elites políticas, rompida em 1930.

O processo revolucionário foi fruto de políticas conservadoras que buscavam o (re)estabelecimento de um Estado centralizador. Para tanto, a modernização econômica e autoritária foi uma das principais bandeiras. E, não à toa, intelectuais como Oliveira Viana definiam-na como uma “democracia autoritária”, baseada no sentido de autoridade e não igualdade. Por conseguinte, os primeiros anos de Governo Provisório (1930) significaram o rompimento com a experiência liberal através da “reorganização da república”: Estado de compromisso, dissolução dos Poderes e presidencialismo discricionário. Na contramão, determinou-se uma maior autonomia estadual, ainda que tutelada pelo Governo Central e a institucionalização do modelo corporativista como ideal. Associado a isso, o processo de destituição do presidente eleito pela via armada e a mobilização conspiratória de seus adversários políticos, colaboraram para a tese de que se tratou de um golpe, e não uma revolução.

É interessante salientar que os revolucionários de 1930 se tornaram os constituintes de 1934. E, igualmente importante, ressaltar o papel da intelectualidade na elaboração da constituição e sua participação nos debates políticos. Afinal, é possível perceber o alto grau de influência de suas teses na formulação historiográfica a respeito do período. Outro ponto fundamental na compreensão das matrizes sobre o tema é a memória que se consolidou sobre o Varguismo. Institucionalizado por meio de um golpe e, posteriormente, com a instituição da ditadura do Estado Novo, é interessante observar as contradições em relação às memórias positivas e negativas sobre a conjuntura. Neste caso, voltamo-nos especificamente à Revolução de 1930, seus antecedentes e resultados. Por isso, salientamos como a nova constituição colaborou para o aumento da popularidade do regime, ainda que o autoritarismo fosse uma característica central.

Portanto, o debate historiográfico atravessou constantes influências e mudanças de paradigma nas produções sobre a República no Brasil. Como pudemos perceber, o debate sobre centralismo e federalismo acompanhou diretamente essa trajetória, sendo ressignificado em diversos momentos. Além disso, uma série de outros argumentos continuaram sendo mobilizados e repaginados, associados ao acomodamento das elites políticas no poder, tais como a incapacidade do povo em participar das decisões política e a dicotomia atraso *versus* modernidade. Dicotomia esta que repetidas vezes foi – e continuou sendo, em períodos posteriores – utilizada como critério de legitimação para intervenções e golpes autoritários. Assim, além de propormos uma análise sobre como isso é representado pela produção “Histórias do Brasil” da TV Senado, buscamos demonstrar como a História Pública é uma ferramenta profícua para entendermos a formulação da História Política e como alguns temas tendem a ser revisitados e repensados.

A Representação da República na série “Histórias do Brasil”, da TV Senado

A partir desse breve panorama historiográfico de obras que tratam a respeito dos modelos políticos baseados nas vertentes centralista e federalista, propomos uma análise

empírica das nossas fontes de pesquisa⁷. Como definido na introdução, buscamos analisar como a TV Senado representa dois eventos fundamentais para a História do Brasil. Para isso, selecionamos duas edições da série “Histórias do Brasil”: “A Proclamação da República” e a “Revolução de 1930”. Por meio da leitura de especialistas no tema, objetivamos identificar versões e narrativas que permaneceram nessas leituras elaboradas no presente sobre a história nacional. Além da análise de conteúdo dos vídeos, nos dedicamos a observar as imagens mobilizadas para a formação dessa narrativa, afinal, foram utilizadas charges, pinturas e recortes da imprensa da época para ilustrar e legitimar a produção. Portanto, prospectamos compreender quais elementos foram mantidos na construção da história republicana e quais foram negligenciados. Outrossim, considerando que essa produção é associada ao Poder Legislativo, também é uma oportunidade de compreender o posicionamento das elites políticas atuais sobre os eventos.

Temas ligados às transformações políticas do país são recorrentes na série “Histórias do Brasil”, sobretudo estabelecendo diálogos entre o passado e o contexto atual. Dessa forma, consideramos que essa produção contribui para a divulgação do conhecimento histórico para amplos públicos, principalmente propondo leituras atualizadas sobre temas recorrentes da historiografia nacional. Por meio de debates caros à conjuntura atual identificamos nesse *corpus* documental uma relação entre práticas públicas da História e o Tempo Presente, conforme definem Rogério Rosa Rodrigues e Viviane Borges sobre a relação entre esses dois campos:

As discussões que cercam os usos do passado e a possibilidade de criar um conhecimento que seja aplicado ao presente, estabelecendo uma justificativa de caráter social, com alcance para além dos muros acadêmicos, são também características que tornam os dois campos uma espécie de trincheira para o posicionamento fundamentado de historiadores e historiadoras diante das demandas coletivas de passado, de memória e de história (Rodrigues; Borges, 2021, p.9).

Nesse sentido, sob as perspectivas da História Pública, entendemos que se trata de uma história feita *para* o público, conforme a definição de Ricardo Santhiago (2016, p.28), que visa a ampliação de audiências sem que haja um diálogo ou colaboração. Ao

⁷ A pesquisa de doutorado, que se encontra em desenvolvimento, analisa a produção de representações sobre a História do Brasil através das produções audiovisuais da TV Senado. Para este artigo, propomos um recorte de duas edições da série “Histórias do Brasil”, produzida a partir de 2017.

mesmo tempo, se aproxima das dimensões dos usos políticos do passado, na medida em que é elaborada por uma emissora oficial do Estado. Por isso, cabe analisar que passado é esse representado pelas produções audiovisuais da TV Senado. Ao se referirem aos documentários históricos produzidos pelo canal *Encuentro*, vinculado ao Ministério da Educação da Argentina, Gerson Fraga e Tatyana Maia ressaltam que:

As representações desse passado revelam também os projetos políticos em curso e as batalhas pela autoridade sobre determinada leitura do passado. A cultura da memória também favorecia o interesse do grande público em produtos culturais que funcionam como produtores de sentidos sobre o passado (Fraga; Maia, 2020, p.310).

Logo, buscamos analisar como a série apresenta os dois fatos da história política brasileira e quais os diálogos possíveis com o tempo presente. O episódio “A Proclamação da República” foi publicado em 15 de novembro de 2019, aniversário de 130 anos da Proclamação. Com uma curta duração – 3 minutos e 33 segundos - a animação apresenta alguns pontos do fato decorrido em 1889. Como veremos, há claramente elementos centrais da historiografia que foram mobilizados para a construção dessa representação. O narrador inicia:

O Baile da Ilha Fiscal foi a festa de arromba do império brasileiro, e também o seu canto de cisne. Enquanto D. Pedro II e a realeza comemoravam as bodas da princesa Isabel, a poucos quilômetros de distância, no clube militar, o positivista Benjamin Constant conspirava para derrubar a monarquia (A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA, 2019).

No trecho inicial podemos identificar dois aspectos apontados anteriormente através do debate historiográfico: a referência à monarquia como uma sociedade de corte, altamente elitizada, semelhante ao modelo francês e, por outro lado, as manobras conspiratórias manejadas pelos principais atores das elites políticas. A narrativa segue com a afirmação de que o império já colecionava adversários, definindo os republicanos como um grupo formado por setores e interesses muito diferentes. O discurso é construído a partir da apresentação dos três “inimigos do Estado”: A Igreja, contrária à liberdade de culto, especialmente da maçonaria; os grandes fazendeiros, revoltados com o fim da escravidão e cobrando indenizações dos cofres públicos; e, finalmente, os militares, desgostosos com o desprestígio e as baixas remunerações após a vitória na Guerra do Paraguai, reclamavam o direito de se manifestar politicamente.

Assim, o episódio apresenta quais seriam as motivações que culminaram na Proclamação de República brasileira e a mudança substancial da estrutura política, social e econômica do país. Ressaltando a diversidade dos opositores do Império, afirma que: “Os republicanos eram formados por grupos com interesses bem diferentes, mas com um objetivo em comum: a descentralização do poder. Mas como não tinham nem apoio popular e nem político – apenas três deputados defendiam a causa – resolveram tomar o poder à força” (A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA, 2019). Nesse trecho, podemos observar a referência às matrizes que definem o caráter autoritário da política brasileira, cuja República foi proclamada através de um golpe e não democraticamente. Igualmente, deixam implícitos que os interesses dos grupos que articularam a derrubada da monarquia eram individuais, sem menção às liberdades dos indivíduos, por exemplo. Ou seja, reforça as perspectivas historiográficas sobre os limites da participação do povo nas decisões políticas nacionais.

Nos minutos seguintes a narrativa ressalta a participação de militares republicanos ligados, sobretudo, ao projeto positivista, ainda que não tenha nenhuma citação na narrativa ou nas imagens sobre a corrente. A participação de Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant foi central na desestabilização de D. Pedro II, contudo, a representação aqui apresentada apoiou-se mais no argumento conspiratório e, de certa forma, sensacionalista. Ao descrever a deposição do Visconde de Ouro Preto, afirma que: “Em 1889 não havia internet, mas já havia *fake news*. Um boato começa a circular, dizendo que D. Pedro II havia escolhido Gaspar Silveira Martins como novo primeiro-ministro. Acontece que ele era inimigo mortal de Deodoro. Tudo mentira” (A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA, 2019). Finalmente, prossegue com a afirmação de que a indicação de D. Pedro II era, na verdade José Antonio Saraiva, porém, a essa altura a família real já havia sido exilada.

Por fim, o último tópico apresentado pelo episódio se refere à criação de símbolos, à necessidade deles para a legitimação do novo modelo político e a influência de elementos franceses e estadunidenses. Como salientam Alonso (2016) e Carvalho (2017), a influência das matrizes francesa e estadunidense não foi apenas nos elementos políticos e discursivos. Igualmente, os dias que seguiram após a Proclamação ainda faziam parte da continuidade daquela sociedade monárquica. Assim, após a instalação

do novo regime, foi necessária a incorporação de novos símbolos e tradições, que demoraram a serem consolidados:

Um fato curioso é que nos primeiros dias do novo regime, na falta de um hino, cantou-se a *Marselhesa Francesa* e na falta de uma bandeira, adaptou-se a dos Estados Unidos. Como muita gente reclamou, um concurso foi lançado para a escolha de um novo hino nacional, mas diante de muita pressão o antigo hino de império, que não estava concorrendo, continuou como hino oficial brasileiro, mas sem os versos originais (A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA, 2019).

Consideramos que, apesar de citar algumas temáticas importantes para o processo, a escolha dos eventos que foram apresentados, associados à abordagem da narrativa, resultou em uma história simplificada. É possível identificar fatores como o projeto descentralizador e a importância de setores da elite que, apesar de interesses dessemelhantes, acomodaram-se entre si. Entretanto, alguns silenciamentos e a simplificação demasiada culminaram numa representação reduzida do processo da Proclamação da República. Por outro lado, um aspecto muito positivo do episódio é a utilização de charges do final do XIX e início do XX, a fim de ilustrar a narração em voz *over*. Entretanto, careceu de contextualização e de referências aos documentos imagéticos utilizados no vídeo, apesar de encontrarmos referências aos acervos, jornais e trilha sonora utilizados nos créditos finais da produção. Ainda assim, destacamos que foram escolhidas representações muito interessantes sobre o Poder Moderador, a Monarquia e os Republicanos⁸, como no exemplo a seguir:

⁸ Para evitar o alongamento do artigo, optamos por não incluir as imagens. Contudo, podem ser acessadas através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=T2gMKpADSQU>, acesso em 20 Jun. 2022.

Figura 1 Charge de Aragones de Farias para a revista *Mequetrefe* 9/1/1878⁹



BRASIL. TV Senado. **Histórias do Brasil: A Proclamação da República**, 2019.

A utilização de documentos que datam as vésperas e os anos subsequentes à Proclamação demonstram a existência de um cenário político instável que culminou na instauração do novo modelo. Ademais, também deixa indícios da falta de um consenso a respeito da nova forma de governo, amplamente disputado intra-elites. A mobilização dessas fontes pela produção enriquece a análise da TV Senado, ainda que seja pouco explorada na narrativa audiovisual. Contudo, sob o olhar do professor ou mediador, é um material muito rico para reflexões e atividades em sala de aula. Igualmente, a perspectiva apresentada nesse caso apresenta temas e problematizações atuais sobre a história pátria, característica presente em outros episódios da série.

Igualmente, o episódio “A Revolução de 1930” teve elementos positivos e outros nem tanto, no que se refere à representação histórica. Exibido em 07 de Fevereiro de 2017, apresenta ao longo de 6 minutos e 14 segundos o processo, os momentos que o antecederam e seus resultados nas décadas seguintes. Logo no início da narrativa é possível identificar uma explicação muito recorrente sobre as causas da revolução: o assassinato de João Pessoa, vice de Getúlio Vargas. Todavia, apesar de apresentá-lo como um dos elementos fundamentais alguns pontos são aprofundados e problematizados:

Em 1930, três tiros à queima roupa mudam radicalmente a história da política brasileira. João Pessoa, companheiro de Getúlio Vargas na chapa derrotada nas

⁹ Nessa representação, D Pedro II aparece como pilar de um carrossel ocupado pelos partidos Liberal e Conservador, num período marcado pela forte instabilidade política. Para Lidia Souza (2021): “analogia da situação do governo naquele momento a um carrossel, em que os cavalos giram: os partidos políticos também (...) giravam” revezando-se no poder, num jogo político de diplomacia comandado pelo imperador” (SOUZA, 2021, p.87).

eleições presidenciais daquele ano, é assassinado. A sua morte é o pretexto para que Vargas tome o poder e instaure a chamada Revolução de 30. Mas o motivo do crime não tinha nada a ver com isso (REVOLUÇÃO DE 1930, 2019).

Interessante observarmos que a construção da imagem do político nessa representação aborda como seu assassinato foi utilizado como pretexto para a revolução posteriormente, mas deixa claro que se tratou de uma manobra política, tendo em vista que não havia relações diretas entre os eventos. Além disso, expõe seus problemas com chefes locais no estado da Paraíba, onde era governador, debatendo a realidade nacional sob o fenômeno do coronelismo. A respeito disso, o narrador anuncia que após a derrota nas eleições presidenciais João Pessoa retornou ao governo estadual e, consequentemente, aos problemas que enfrentava:

Um deles é o coronel Zé Pereira chefe político de Princesa, uma cidade no interior do estado. Ele se revolta contra os impostos estaduais criados por João Pessoa e inicia uma verdadeira guerra civil ao declarar a independência de sua cidade. O outro problema é João Dantas, um advogado que faz duras críticas ao seu governo e apoia Zé Pereira. João Pessoa descobre que Dantas tem um caso secreto com a professora Anayde Beiris e publica no jornal cartas eróticas entre os dois, roubadas numa invasão à casa do advogado. Mesmo sendo solteira, Anayde cai em desgraça diante da sociedade machista da época. E Dantas, vigiado pela polícia paraibana, vai embora para Recife. Um dia, ao visitar a capital pernambucana, João Pessoa resolve tomar café em uma cafeteria. Ao saber disso, João Dantas vai até lá, se apresenta e atira três vezes no homem que o difamou. O crime ganha repercussão nacional, mas por um motivo bem diferente (REVOLUÇÃO DE 1930, 2019).

Esse trecho apresenta ao espectador dois pontos importantes. O primeiro deles é influência dos chefes das oligarquias locais e seus constantes conflitos de interesse com o governo central, características fundamentais do fenômeno coronelista. Percebe-se que havia uma lógica própria das elites regionais em resolver problemas de ordem jurídica e constitucional, escancarando a dificuldade do governo federal em alcançar esses espaços. Motivo de crítica dos apoiadores de Vargas à inexistência e necessidade de um Estado centralizador que para eles deveria ser de cunho autoritário e corporativista. Também é possível identificar a continuidade de tradições e valores herdados da sociedade monárquica, como as relações de gênero e misoginia. Ademais, é nesse ponto que a morte de João Pessoa passou a ser problematizada como elemento causal da revolução, dada à complexidade do processo.

A abordagem narrativa sobre o assassinato do principal aliado de Getúlio Vargas constitui um elemento interessante do episódio. Por muitas décadas tornou-se consensual, e até mesmo popular, atribuir a função de estopim da revolução a esse acontecimento. Contudo, ao longo dos anos, a historiografia demonstrou que se tratou de um uso político *a posteriori*, sem ligações diretas com o cenário eleitoral. Nesse sentido, o documentário, por meio de uma narrativa jocosa que instiga a curiosidade dos espectadores, desconstrói essa versão. Apresentando de maneira teatral as intrigas entre João Pessoa, João Dantas e Zé Pereira, representa as redes de relações e os conflitos locais derivados do coronelismo e do modelo político oligárquico vigente, principalmente nas localidades distantes das grandes capitais. Nesse caso, além das rusgas econômicas, elementos da vida privada misturam-se com usos públicos e políticos. E, dessa forma, o conteúdo da produção demonstra que Vargas, valendo-se do fato, utilizou-o em campanha a fim de lograr sua vitória em 1930, apesar de não haver uma relação causal entre ambos.

Em seguida, a explicação apresentada retoma aspectos da conjuntura internacional, marcada por um lado pelo grande desenvolvimento econômico e industrial do pós-guerra e, por outro, pelo seu declínio com a queda da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929. Inserido nesse plano, mas com uma realidade diferente do hemisfério norte: “(...) o Brasil continua no século XIX. Os barões do café de São Paulo e as oligarquias de Minas Gerais se revezam na presidência da República, num pacto denominado Política do Café com Leite” (REVOLUÇÃO DE 1930, 2019). Neste caso, a apresentação com a matriz historiográfica criticada por Claudia Viscardi é evidente, atribuindo à aliança entre paulistas e mineiros uma estabilidade e planejamento que não condiziam. Contudo, percebe-se que essa vertente ainda se encontra em evidência nas representações sobre o período.

Igualmente, o episódio deixa claro que a democracia e a igualdade não eram elementos constituintes da primeira República. Ao descrever o processo eleitoral, define-o como um período em que: “(...) o voto não era secreto, as mulheres não votavam e muitos deputados e senadores eleitos não tomavam posse por não agradarem o novo presidente da república, num processo conhecido como degola” (REVOLUÇÃO DE 1930, 2019). Ou seja, o modelo conservador e oligárquico havia sido mantido,

mesmo após a Proclamação e implementação da constituição de 1891. A partir desses dados, dá segmento à narrativa do processo e afirma que a Revolução de 1930 foi empreendida através de um golpe liderado por Vargas e apoiado pelo Tenentismo. A respeito disso, salienta a importância dos militares, principalmente dos quartéis do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, que estabeleceram um apoio mútuo após a vitória paulista nas eleições.

Finalmente, a produção avança para o último ponto central do episódio, descrevendo os resultados imediatos e futuros dos eventos. Ao afirmar que a revolução não foi uma *revolução*, mas sim um golpe, prossegue destacando que, apesar disso, trouxe muitos resultados aspirados pela população brasileira: “(...) voto secreto, voto feminino e leis que garantem aos trabalhadores direitos nunca antes conquistados, como férias e jornada de trabalho de 8 horas. Tudo isso dá a Vargas uma popularidade nunca antes vistas em nossa história” (REVOLUÇÃO DE 1930, 2019). Percebemos o reforço de memórias otimistas e muito popularizadas em relação ao varguismo, apesar de seu governo autoritário e da ditadura do Estado Novo. Porém, salientamos o esforço da produção em problematizar a alcunha de “revolução” e não silenciar o caráter golpista do regime, aspecto fundamental para a construção historiográfica do período.

Ainda que não seja o tema principal, a produção discorre também sobre o carisma e as políticas personalistas, evidenciando nas imagens o emprego da propaganda oficial e a construção da imagem do regime junto à população civil. Com a utilização de imagens propagandísticas da época, aliadas as animações, demonstra-se que havia influências da propaganda dos regimes nazifascistas ao governo de Getúlio Vargas, sobretudo a existência de uma pedagogia cívica empreendida pelo discurso oficial:

Figura 2 Propaganda de Getúlio Vargas durante o Estado Novo



BRASIL. TV Senado. Histórias do Brasil: A Revolução de 1930

Em consonância com as imagens, a narrativa em voz *over* afirma que: “Inspirado em regimes nacionalistas que conquistavam a Europa, ele [Getúlio Vargas] usa o prestígio popular para se isolar cada vez mais no poder” (REVOLUÇÃO DE 1930, 2019). Interessante ressaltar a montagem audiovisual que, nesse trecho, apresenta em sequência imagens de Mussolini, Hitler e Vargas com crianças, evidenciando a existência de uma cultura visual muito semelhante. Além disso, legitima a aproximação com correntes historiográficas que atribuem ao regime características fascistas. Finalmente, encerra o episódio afirmando que: “Em breve, acabaria com as eleições, fecharia o congresso e controlaria o país como um protótipo de Big Brother, durante longos 15 anos” (REVOLUÇÃO DE 1930, 2019).

Assim como percebemos no episódio anterior, há a presença de expressões atuais como “*fake news*” e “*big brother*”, aspecto que confere mais inteligibilidade ao público. Além disso, demonstra como o Estado brasileiro pós 1930 passou por mudanças estruturais em relação à Primeira República, como a substituição do modelo federalista e liberal para um governo centralista, autoritário e corporativista. Por outro lado, colabora com uma leitura linear da Revolução de 1930 e os anos do Estado Novo, contribuindo com perspectivas equivocadas de que a Era Vargas iniciou logo após o primeiro evento.

O último aspecto que destacamos na produção é a utilização de documentos da época como charges, fotografias oficiais e capas de jornal. Apesar de não apresentar a referência completa dos acervos, apresenta uma contextualização mais eficiente por meio dos diálogos entre a narrativa e as imagens. O uso de acervos históricos aparenta

maior seriedade à produção, que demonstra o valor desses arquivos para a produção da série. Além disso, ao final de cada episódio são citados os documentos utilizados, a trilha sonora e os participantes da produção, vinculados ao setor de acervos da TV Senado. Entretanto, assim como no caso do episódio da Proclamação da República, não há uma contextualização direta entre a apresentação dos documentos e a narrativa em voz over.

Considerações Finais

A relação da História Pública com a História Política Renovada ganhou fôlego no Brasil, sobretudo na última década. Através de um olhar pluridisciplinar e metodologias horizontais, busca-se colaborar com a democratização do conhecimento histórico, tanto no âmbito da difusão, quanto na produção. Contudo, como especialistas no tema ressaltam essa divulgação não deve ser sinônimo de simplificação da análise. O rigor metodológico e a análise crítica das fontes devem ser sempre prioridade. Por isso, antes de partir para o estudo empírico das nossas fontes, buscamos apresentar um panorama bibliográfico sobre a história republicana brasileira, a fim de cumprir nosso objetivo central: analisar a representação da História do Brasil na série da TV Senado. Relacionando nosso *corpus* documental com os debates historiográficos, foi possível avançar na pesquisa por meio de duas edições sobre a Proclamação da República e a Revolução de 1930.

Assim, identificamos na narrativa referências à algumas das principais matrizes historiográficas, principalmente a ressignificação de alguns conceitos e ideias chave para a compreensão do período. O debate centralismo *versus* federalismo, por exemplo, pode ser visto através de diferentes roupagens na representação da TV Senado. Assim como o vemos ainda nas principais decisões políticas do país no que tange os limites e as relações entre os estados e os Poderes, por exemplo. Igualmente, foi possível perceber as características autoritárias da política brasileira, que estruturalmente associa projetos de modernização com governos intervencionistas. A formulação de discursos dicotômicos colabora com teses que desassociam, por exemplo, períodos democráticos com desenvolvimento e modernização econômicos.

Aspectos como estes foram claramente aprofundados pelos textos debatidos, mas também podem ser vistos por olhares mais atentos nos vídeos analisados. Ainda que existam equívocos conceituais ou conteúdos superficialmente abordados, a TV Senado apresenta problematizações importantes sobre os assuntos. O reconhecimento de que houve movimentos golpistas tanto no caso da Proclamação, quanto na revolução de 1930, demonstra avanços importantes, principalmente por se tratar de uma produção oficial do Legislativo brasileiro. Por outro lado, um ponto que permaneceu intocado nessas narrativas, foi a acomodação das elites políticas brasileira. Historicamente, esses arranjos influenciam diretamente a estrutura e as decisões do país, contudo, percebemos que é um aspecto silenciado. Na contramão disso, há claramente a exaltação de uma suposta vocação democrática do Senado brasileiro, explícita na construção da representação.

A carência de referências sobre a participação de grupos populares ou movimentos sociais nos dois eventos também diz muito tanto sobre a construção da narrativa, quanto aos processos históricos analisados. É compreensível que existam recortes a serem feitos em qualquer análise histórica, como Sara Albieri ressalta, trata-se de escolhas do produtor. Porém, sob o olhar atento dos historiadores, os silenciamentos e “não-ditos” são muito expressivos na produção dos sentidos. Afinal, assim como as produções não mencionam a participação popular, ambos os processos foram conduzidos numa lógica intra-elites. Levando em conta esses apontamentos, as produções constituem uma iniciativa inovadora e bem produzida, com muito potencial para ser utilizado nas salas de aula. E, além da relação com a História Pública, contribui para reflexões sobre a História do Tempo Presente e os usos políticos do passado, considerando que propõe perguntas e visões caras à realidade atual da Nova República. Ao mesmo tempo em que alguns temas e perguntas são atualizados, outras matrizes e silenciamentos são mantidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albieri, Sara. História pública e consciência histórica. In: Almeida, Juniele Rabêlo de; Rovai, Marta Gouveia (Org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p.19 – 28.

Almeida, Juniele Rabêlo de; Rovai, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

- Alonso, Ângela. Arrivistas e Decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. In: Viscardi, Cláudia Maria; Alencar, José Almino Alencar. *A República Revisitada*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 63-91.
- Brasil. TV Senado. *Histórias do Brasil: A Proclamação da República*, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T2gMKpADSQU>, acesso em 22 Jun. 2022.
- Brasil. TV Senado. *Histórias do Brasil: A Revolução de 1930*, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xYq1mMPg6d8>, acesso em 22 Jun. 2022.
- Carvalho, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- Cauvin, Thomas. *Public History: a textbook of practice*. New York: Routledge, 2016.
- Certeau, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- Coser, Ivo. O debate entre centralizadores e federalistas no século XIX: a trama dos conceitos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 76, junho 2011, p. 191-227.
- Lynch, Christian. O momento oligárquico: a construção institucional da República. In Viscardi, Cláudia Maria; Alencar, José Almino. *A República Revisitada*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 23-62.
- Maia, Tatyana do Amaral; Fraga, Gérson Wasen. Estado, audiovisual e políticas de memória. As ditaduras latino-americanas nos documentários do canal argentino *Encuentro* (2016). *Revista Eletrônica Da ANPHLAC*, n.20, v.28, p.282-312. 2020
- Rodrigues, Rogério Rosa; Borges, Viviane. *História Pública e História do Tempo Presente*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.
- Santhiago, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: Mauad, Ana Maria; Almeida, Juniele Rabêlo de; Santhiago, Ricardo (Org.). *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- Souza, Lidia Lerbach de. Representações de D. Pedro II nas Charges e Caricaturas de seu Tempo. In. *Itinerários Investigativos História das Ideias Linguísticas: Apropriação e Representação*. São Paulo, Blucher, 2021, pp. 81-94.
- Viscardi, Cláudia. *O Teatro das Oligarquias*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 30/01/2024
Aprovado em: 20/05/2024